



O perigo das analogias implícitas

21/04/2020

Hoje é o *Yom Hashoá vahaGvurá*, dia de lembrança do Holocausto e do Heroísmo. Em breve, completaremos 75 anos da rendição nazista, regime político que exterminou sistematicamente cerca de dois terços dos judeus europeus, bem como homossexuais, negros, povos sinti e roma, pessoas com deficiência, testemunhas de Jeová e dissidentes políticos, além de ter provocado a 2ª Guerra Mundial. Infelizmente, esta distância temporal não impede que a concepção e os fundamentos principais do nazismo sejam, até hoje, lembrados e difundidos.

O Museu do Holocausto de Curitiba, como instituição preocupada com a construção de uma memória justa e contemporânea do genocídio, tem convicção de que **não é necessário que haja uma citação explícita sobre este período nefasto para que nos posicionemos**. A ideologia nazista, lamentavelmente, pode sobreviver mesmo sem seus símbolos tradicionais, mas por meio de analogias implícitas. No caso, hoje, a respeito do vídeo postado pela empresária Cristiane Deyse Oppitz, que está circulando na internet.

Sem nos aprofundarmos na referência deturpada da narrativa bíblica do êxodo do Egito, quais seriam os pontos abomináveis e que remetem ao nazismo dentro dessa, no mínimo infeliz, fala?

Em primeiro lugar, a identificação de pessoas que ela enxerga como inimigos sociais - os quais, vale frisar, ao optar pelo isolamento social em razão da pandemia de Covid-19, estão seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). O uso de "fitas vermelhas" ou afins para identificar cidadãos contrários ao seu ponto de vista, independente do contexto, guarda similaridade com os decretos que impunham a identificação dos judeus por meio de insígnias. Marcar o outro, quem quer que ele seja, é uma forma de estigmatizar, humilhar e retirar da sociedade (e, conseqüentemente, de seus direitos associados) estas pessoas. No caso dos decretos nazistas, foi um passo importante que levou ao posterior extermínio da população judaica.

Em segundo lugar, aprofundando em seu discurso, destacamos a questão do trabalho e da contribuição econômica como fator determinante



de quem é o melhor cidadão. A lógica de que os direitos estariam condicionados ao trabalho faz parte de uma concepção segregacionista, que atingiu, nos primórdios nazistas, as pessoas com deficiência. O Aktion T4, programa de eugenia da Alemanha nazista em que médicos assassinaram centenas de pessoas consideradas por eles como "incuravelmente doentes", teve como uma de suas "justificativas" a noção de que a sociedade não deveria gastar recursos com aqueles que não contribuem economicamente para ela.

Exemplo disto é um material de propaganda de 1938, em que, ao mostrar a foto de uma pessoa com deficiência, afirma que "60.000 Reichsmark é o que esta pessoa que sofre de um defeito hereditário custa a comunidade do Povo durante a sua vida. Cidadão companheiro, esse é o seu dinheiro também."

Finalmente, não apenas a estigmatização e humilhação, mas também a revogação dos seus direitos civis - no caso, atingindo aqueles que não compactuam com uma opinião ou posição - viola os princípios básicos de um dos maiores legados da memória da Shoá: a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este conceito está calcado na ideia de que certos direitos básicos não estão atrelados a qualquer tipo de mérito ou condição. Condicionar o acesso a direitos básicos, como assistência médica, à tomada de determinada atitude - no caso, a contribuição econômica via trabalho, violando o isolamento social - é negar não este ou aquele direito, mas a própria concepção de direitos humanos.

O nazismo não se iniciou com campos de extermínio, nem mesmo com suásticas espalhadas pelas ruas. Para que isso fosse possível, ideias e concepções deturpadas de humanidade eram divulgadas. Encará-las como normais e aceitáveis é um perigoso flerte com noções que tanto mal causaram à humanidade. Analogias implícitas são perigosas e precisam ser combatidas. Por isso, o Museu do Holocausto de Curitiba, diante de seu papel social, repudia veementemente as declarações de Cristiane Deyse Oppitz.
